

**13. MOÇÃO –SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DA LEI 50/2018, DE 16 DE AGOSTO – OBRIGATORIEDADE DA TRANSFERÊNCIA, EM 2021, DE TODAS AS TRANSFERÊNCIAS NELA PREVISTAS:**

Submete-se a moção mencionada em epígrafe, que se anexa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA  
Gabinete do Presidente

## MOÇÃO

Um processo de descentralização do Estado central para as Câmaras Municipais tem que ser um processo discutido e trabalhado entre as partes. Deve ser feito um levantamento rigoroso das matérias a delegar e principalmente para lhe garantir a sustentabilidade é fundamental que seja acompanhado de um envelope financeiro e de condições que permitam o seu acompanhamento e sustentação futura.

O actual processo de descentralização em curso não tem passado de um lançamento contínuo de legislação com prazos apertados e em alguns casos da apresentação de um inventário de equipamentos e recursos humanos a transferir sem mais.

No passado dia 12 de Janeiro reuniram-se no Teatro Rivoli, no Porto, muitos autarcas, oriundos de todo o país e de muitas forças políticas e independentes para reflectir e debater a descentralização. Muito foi dito. Independentemente das diferentes visões relativamente às várias matérias setoriais, o coro de vozes dos autarcas indicou um denominador comum: que o processo de descentralização em curso não se encontra suficientemente discutido e regulamentado para que possa entrar obrigatoriamente em vigor, por imposição legal, em 2021, ano de eleições.

Nesse seguimento foi apresentada uma declaração final em que se insta o Governo a suspender essa obrigatoriedade e o desafiam a reabrir o diálogo com os Municípios.

Assim, proponho a subscrição da denominada ***Declaração do Rivoli:***

***“Os autarcas reunidos, no Rivoli, no dia 12 de janeiro de 2020, no âmbito da conferência ‘Os caminhos da descentralização’ organizada pelo JN, e que representam, seguramente, uma grande parte dos portugueses, instam o Governo a suspender de imediato a aplicação da Lei 50/2018, de 16 de agosto, quanto à obrigatoriedade da transferência, em 2021, de todas as competências nela previstas, para os municípios, tendo em vista retomar o processo negocial com os autarcas.”***

Dar conhecimento à Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e aos grupos parlamentares, ao Sr. Primeiro Ministro, à Sra. Ministra da Coesão, ao Sr. Ministro da Administração Interna e ao Presidente da ANMP.

Braga, 13 de Janeiro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(Ricardo Rio, Dr.)